**ARGUMENTOS PARA RECURSO DA PROVA DA CGE-SC – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

56 A avaliação é a fase do ciclo de políticas públicas em que o processo de implementação e o desempenho da política pública são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou. É o momento-chave para a produção de feedback sobre as fases antecedentes. Com relação à avaliação de políticas públicas, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

( ) A avaliação de uma política pública compreende a definição de critérios, indicadores e padrões (performance standards).

( ) O critério da eficiência administrativa corresponde ao nível de conformidade (compliance) da implementação a regras preestabelecidas.

( ) O critério de produtividade corresponde aos resultados sociais (outcomes) com a redução do problema e a geração de valor para a população. As afirmativas são, respectivamente,

(A) F, V e F.

(B) F, V e V.

(C) V, F e F.

(D) V, V e F.

(E) V, F e V.

**DA ANÁLISE**

Foi atribuído o gabarito Verdadeira à alternativa que afirmava que “A avaliação de uma política pública compreende a definição de critérios, indicadores e padrões (performance standards). **No entanto, esta indicação de gabarito não pode prosperar,** pois a função de **“avaliação”** **não** compreende a definição de critérios, indicadores e padrões. Essas definições são próprias da função de planejamento.

Essa definição da função de planejamento e de avaliação se aplica a qualquer campo de conhecimento, pois são funções próprias de qualquer processo de gestão. Nesse caso, é o **planejamento a função responsável por definir critérios, indicadores e padrões**; a avaliação (controle), por sua vez, é a função responsável pela comparação e análise entre os elementos definidos no planejamento e os resultados obtidos na execução, com vistas a tomada de decisões.

Os argumentos apresentados acima podem ser constatados, por exemplo:

No dicionário Michaelis de língua portuguesa, avaliação significa “**apreciação, cômputo ou estimação da qualidade de algo ou da competência de alguém”.**

No dicionário *on line* de Português, o **planejamento** está definido como a “**determinação das etapas, procedimentos ou meios** que devem ser usados no desenvolvimento de um trabalho, festa, evento. No caso de políticas públicas, o mesmo dicionário define planejamento como o “**desenvolvimento de projetos que buscam sanar os problemas sociais, econômicos, ou atingir certos objetivos de governo** (https://www.dicio.com.br/planejamento)

No **Guia de Avaliação de Políticas Públicas: guia prática de análise ex ante** (2018, p. 163) a “avaliação envolve **julgamento, atribuição de valor e mensuração da política**, no sentido de melhorar seus processos de tomada de decisão e ajustar as linhas de intervenção.”

No **Guia de avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post** (2018, p. 14), a avaliação de políticas pú­blicas é “executada como um processo sistemático, integrado e institucionalizado, tem como premissa básica **verificar a eficiência dos recursos públicos** e, quando necessário, **identificar possibilidades de aperfeiçoamento** da ação estatal, com vistas à melhoria dos processos, dos resultados e da gestão.”

**No mesmo guia** (p. 17) **cita-se “As avaliações de políticas públicas devem ser executadas em caráter permanente e integradas ao ciclo de políticas públicas**, que envolve também o **planejamento, a execução e o controle orçamentário e financeiro**.”

Ou seja, é evidente, nessa última citação, que a **avaliação compreende uma das fases do ciclo de políticas públicas**, cujas atribuições não podem ser confundidas com as fases e funções de planejamento, execução e controle orçamentário.

Em outro trecho do Guia de Avaliação de Políticas Públicas: Guia prático de análise ex post a distinção entre planejamento e avaliação é notória, vejamos:

“O governo federal possui instrumentos de **planejamento e monitoramento** de suas políticas públicas. Uma das principais **referências é o PPA**, com horizonte de quatro anos, com seus diversos indicadores físicos e orçamentários de execução das políticas públicas federais. No âmbito do PPA, anualmente são realizados o **monitoramento e a avaliação da execução dos seus programas temáticos**, que **consiste na verificação dos principais resultados, na identificação das dificuldades de execução e na indicação das medidas para a melhoria de seu desempenho**.” (AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: GUIA PRÁTICO DE ANÁLISE *EX POST, p.16)*

Nesta mesma linha veja-se o trecho extraído do Referencial Básico de Governança Organizacional (2020, p.214) ao se referir ao conceito de avaliação:

“Consiste em identificar informações válidas, precisas e sistemáticas acerca do **quanto o desempenho do indi­víduo está de acordo com o esperado para seu cargo**. Para tal, a **delimitação prévia de um plano de trabalho**, entre chefia e subordinado, **na etapa de planejamento**, que esteja alinhado com os critérios de verificação de desempenho, é fundamental para a correta execução e consequente avaliação de desempenho (COELHO Jr, 2011 *apud* SEGEP, 2013)

**DA CONCLUSÃO**

Isto posto, pode-se verificar a **clara separação conceitual entre o planejamento e a avaliação das políticas públicas**. O planejamento compreende a definição dos critérios, indicadores e padrões. A avaliação, por sua vez, compreende a verificação e análise dos resultados e a indicação de ações de melhorias.

Neste caso, venho **solicitar a troca do gabarito da primeira assertiva para “falso”,** pois o conceito atribuído a avaliação de políticas públicas na questão não se coaduna com os conceitos da literatura dominante.

**Referências**

**AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: GUIA PRÁTICO DE ANÁLISE *EX ANTE.*** Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante volume 1 / Casa Civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília: Ipea, 2018. v. 1 (192 p.) : il., gráfs., mapa color.

**AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: GUIA PRÁTICO DE ANÁLISE *EX POST***, volume 2 / Casa Civil da Presidência da República ... [et al.]. – Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018. v. 2 (301 p.) : il., gráfs., mapa color.

**REFERENCIAL BÁSICO DE GOVERNANÇA APLICÁVEL A ORGANIZAÇÕES PÚBLI­CAS E OUTROS ENTES JURISDICIONADOS AO TCU** / Tribunal de Contas da União. Edição 3 - Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado – Secex Administração, 2020.

**ARGUMENTOS PARA RECURSO DA PROVA DA CGE-SC – Auditor do Estado – Administração - tarde**

35. Um governador de Estado, recentemente eleito, decidiu formular um programa com base na metodologia do Planejamento Estratégico Situacional (PES) para o enfrentamento de um problema local. Em um determinado momento do desenvolvimento do PES, os problemas foram identificados, descritos e processados, ou seja, foram identificadas causas, consequências, relações casuais e eventuais nós. Um fluxograma situacional foi usado como instrumento de apoio. Esse momento do PES é denominado de

 (A) controlativo.

(B) estratégico.

(C) explicativo.

(D) normativo.

(E) tático-operacional.

**DA ANÁLISE**

Nesta questão, foi apontada a alternativa “d” como correta. No entanto, o comando da questão descreve exatamente todos os procedimentos que são realizados na fase “explicativa” do planejamento estratégico situacional.

Neste caso, vejamos alguns trechos bibliográficos que podem comprovar tal afirmação:

O fluxograma situacional é uma representação gráfica **do modelo explicativo do problema. Para construí-lo. a primeira providência é descrever o problema** usando um conjunto de frases curtas. chamadas de descritores.

(...) Com base nesses descritores. passa-se a construção do fluxograma situacional seguindo as seguintes etapas:

a) escolhe-se um **conjunto de argumentos. que são as principais causas** que se relacionam com os descritores (..)

b) cada argumento deve ser descrito com frases curtas e precisas (...)

c) **os argumentos devem ser classificados em regras, acumulações ou fluxos**. e distribuídos nas zonas de governabilidade (...)

d) arranjam-se os argumentos em uma matriz e estabelecem-se as relações de causalidade entre os mesmos, de trás para frente, ou seja. dos descritores para as regras (...)

O próximo passo é a **identificação dos nós críticos**. que são aqueles argumentos que satisfazem simultaneamente a três condições (...)

Para continuar a análise, **constrói-se uma versão simplificada do fluxograma situacional, chamada de árvore do problema, onde figuram apenas os nós críticos e os descritores** (...)

(<https://www.scielo.br/j/prod/a/pCwYWXkFS6NyL3FYC8FwxWw/?lang=pt&format=pdf>

**O momento normativo**, por sua vez, “é o momento de desenhar o plano de intervenção, ou seja, de definir a situação objetivo ou situação futura desejada e as operações/ações concretas que visam resultados, tomando como referência os nós críticos selecionados.” (<https://www.nesconmedicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2153.pdf>).

Citando outra publicação do Siteware (2019), no **momento explicativo** “identificam-se, descrevem-se e explicam-se todos os problemas que se pretende solucionar com o PES.

Tais problemas precisam ser devidamente categorizados de acordo com o grau de prioridade e de impacto que cada um deles exerce sobre a organização.

Aqui não se deve considerar apenas [indicadores](https://www.siteware.com.br/processos/como-medir-indicadores-desempenho/), pesquisas e avaliações; é necessário levar em consideração também as circunstâncias reais de cada problema.”

**No momento normativo**, por sua vez, “é definida uma situação ideal; ou seja, uma descrição de como tudo deveria ser em condições ideais.

Em outras palavras: os resultados que deveriam ser alcançados se tudo transcorresse exatamente como planejado, sem desvios e surpresas.”

(<https://www.siteware.com.br/gestao-estrategica/o-que-e-planejamento-estrategico-situacional/>).

**DA CONCLUSÃO:**

Da análise dos textos apresentados acima, é notório que **todas as etapas descritas no comando da questão estão presentes no momento explicativo**, que segundo Carlos Matus é o momento de seleção, compreensão, descrição, construção de causalidades do problema e, por fim, definição dos nós críticos, que serão os pontos de enfrentamento.

Isto posto, pede-se que ocorra a **mudança do gabarito para a alternativa “C**”, que comprovadamente é a alternativa correta para o comando da questão.

**Prof. Elisabete Moreira**